

## DECRETO Nº 7.296 DE 04 DE MAIO DE 1998

(Publicado no Diário Oficial de 05/05/1998)

Alterado pelo Decreto nº 7.691/99.

O tratamento disciplinado por este Decreto foi inserido no RICMS/97, através do inciso XLVI do art. 343.

**Dispõe sobre o diferimento nas operações com chapa de alumínio recebida do exterior e dá outras providências.**

**O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA**, no uso de suas atribuições,

### DECRETA

**Art. 1º** Ficam diferidos o lançamento e o pagamento do ICMS devido pelo recebimento do exterior de chapa de alumínio, em bobina, para fabricação de tampas de latas (aluminium endstock), classificada na posição NCM/SH sob o código 7606.12.10 e “chave” de abertura (aluminium tabstock), classificada na posição NCM/SH sob o código 7606.12.90, efetuado por estabelecimento industrial que desenvolva atividade de fabricação de embalagens metálicas, classificadas na CNAE-Fiscal sob o código 2891-6/00 quando destinada ao fabrico de produtos desse setor, para o momento em que ocorrer a saída da mercadoria resultante do processo de industrialização.

**Nota:** A redação atual do art. 1º foi dada pelo Decreto nº 7.691, de 03/11/99, DOE de 04/11/99, efeitos a partir de 01/06/99.

**Redação original, efeitos até 31/05/99.**

*"Art. 1º Ficam diferidos o lançamento e o pagamento do ICMS devido pelo recebimento do exterior de chapa de alumínio, em bobina, para fabricação de tampas de latas (aluminium endstock), classificada na posição NCM/SH sob o código 7606.12.10 e “chave” de abertura (aluminium tabstock), classificada na posição NCM/SH sob o código 7606.92.00, efetuado por estabelecimento industrial inscrito no cadastro de contribuintes do ICMS (CAD-ICMS) sob o nº 11.51-4 fabricação de latas e folha-de-flandres, quando destinado ao fabrico de produtos desse setor, para o momento em que ocorrer a saída da mercadoria resultante do processo de industrialização."*

**Art. 2º** O diferimento de que trata o artigo anterior se aplica ainda que o produto seja desembarcado em portos ou aeroportos situados fora deste Estado.

**Art. 3º** Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 20 de novembro de 1997, data de início da vigência do Decreto nº 7.022/97.

**Art. 4º** Revogam-se as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 7.022, de 19 de novembro de 1997.

**PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA**, em 04 de maio de 1998

**CÉSAR AUGUSTO RABELLO BORGES**  
Governador

Pedro Henrique Lino de Souza  
Secretário de Governo

Albérico Machado Mascarenhas  
Secretário da Fazenda

Geraldo Magalhães Machado  
Secretário da Indústria, Comércio e Mineração